

ENCARTE DO INFORME JURÍDICO DO SINTRAJUSC - 17 setembro de 2013 - Nº 4

21) Descontos dos dias de Greve de 2010

Objeto: Suspensão do ato da Presidência do TRT12 que determinou o desconto dos dias não-trabalhados em razão da Greve e a devolução dos valores descontados

Data da atuação: 28/07/2010 - Medida Cautelar nº 17085 (STJ)

Histórico resumido: Ajuizada a cautelar preparatória, foi deferida pelo Ministro Relator Castro Meira. Foram interpostos embargos declaratórios para beneficiar todos os integrantes da categoria, como requerido ao início. A União interpôs agravo regimental. Analisando-os, foi reconsiderada a decisão, permitindo os descontos na remuneração dos grevistas pelos dias parados, e mantendo-a para impedir a autoridade coatora de promover retaliações que representem prejuízo administrativo e funcional aos grevistas. Os declaratórios restaram prejudicados. Reconhecida a incompetência do STJ na Pet. 8096, foi declinada a competência e determinada a remessa ao TRF4. A UF apresentou agravo regimental, que foi desprovido, e embargos declaratórios, igualmente não-providos. A UF interpôs Recurso Extraordinário. Admitido, foi enviado ao STF. Recebido (nº 679123), foi negado conhecimento em decisão monocrática do Min. Marco Aurélio. O AgReg da UF não logrou êxito. Aguarda-se o decurso de prazo para posterior envio ao TRF4.

22) Legalidade da Greve de 2010

Objeto: Reconhecer a legalidade da Greve, assegurar o integral pagamento dos vencimentos, impedir a anotação e consideração dos dias de Greve como faltas injustificadas, afastar qualquer prejuízo administrativo, funcional e financeiro aos grevistas

Data da atuação: 16/09/2010 - Processo nº 8096 (STJ)

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a União contestou o feito e apresentou-se réplica. Em junho de 2011 foi declinada a competência para o TRF4. A UF agravou regimentalmente, sem sucesso, e apresentou embargos de declaração igualmente ineficazes. A UF interpôs Recurso Extraordinário. Admitido, foi enviado ao STF. Recebido (nº 679152), foi negado seguimento monocraticamente. O AgReg interposto pela UF foi improcedente. Aguarda, no momento, julgamento dos embargos declaratórios apresentados pela UF.

23) Acordo de Compensação na Greve de 2010

Objeto: Greve. Impedir descontos na remuneração e acolher acordo de compensação do trabalho

Data da atuação: 22/07/2010 - RA nº 2605-12.2010.5.12.0000 (TRT/12)

Histórico resumido: Determinado o desconto da remuneração dos grevistas, houve pedido de reconsideração e o recurso administrativo. Mantida a decisão, foi distribuído à Juíza Viviane Colucci. Não concedido o efeito suspensivo, foi a julgamento. Apresentados memoriais e sustentação oral, foi sobrestada em mais de uma oportunidade a análise e, por fim, sobreveio julgamento desfavorável. Apresentamos embargos declaratórios, rejeitados.

24) Imposto de Renda x pagamentos acumulados

Objeto: Imposto de Renda sobre pagamentos acumulados recebidos em decorrência de ações judiciais e administrativas. Repetição do imposto sobre o total, não considerado o pagamento mês a mês

Data da atuação: 07/04/2011 - Processo nº 5003334-53.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de procedência, declarando o direito dos substituídos à não-incidência do IR sobre rendimentos recebidos de modo acumulado em ação judicial ou na esfera administrativa pelo regime de competência. A UF interpôs apelação. O TRF4 deu parcial provimento para, reconhecendo o direito, limitá-lo a partir de junho de 2005 até o ano-calendário de 2010. Foram interpostos Recurso Especial pela Assessoria e pela União, ambos aguardando exame de admissibilidade.

25) Extensão do reajuste das CJ1 a CJ4 à remuneração das FC1 a FC6

Objeto: Reajuste da remuneração das FC1 a FC6, com reflexo na VPNI das parcelas incorporadas a título de quintos/décimos

Data da atuação: 14/04/2011 - Processo - 5003738-07.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi indeferido o pedido de Assistência Judiciária Gratuita. Após citação, a UF contestou o feito e apresentou réplica. Sobreveio sentença de improcedência. A Assessoria apelou e a União apresentou contrarrazões. Os autos foram remetidos ao TRF4, distribuídos ao Des. Federal Luís Alberto d´Azevedo Aurvalle. O TRF4 manteve a decisão da Origem. Foram apresentados embargos declaratórios que aguardam julgamento.

26) Imposto de Renda x juros moratórios

Objeto: Não incidência de Imposto de Renda sobre juros moratórios

Data da atuação: 17/05/2011 - Processo 5004780-91.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação e transcorridos os demais atos processuais, sobreveio sentença de procedência do pedido. Recebida a apelação, os autos foram remetidos ao TRF4 onde, sob a relatoria da Des. Fed. Luciane Amaral Corrêa Münch, houve parcial provimento, limitando a restituição do IR à prescrição quinquenal. A União apresentou embargos declaratórios, os quais foram acolhidos para sanar omissão e erro material. Foi interposto REsp. pela União e foram apresentados contrarrazões. Aguarda juízo de admissibilidade.

27) Transformação de cargos de Agentes de Segurança do TRT12. Nulidade

Objeto: Nulidade. Resolução 076/2009. Transformação de Técnico Judiciário - Especialidade Segurança em Técnico Judiciário - em sem especialidade

Data da atuação: 27/01/2011 - Processo - 5000519-83.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi indeferido o pedido de antecipação de tutela. Transcorridas regularmente as demais etapas, sobreveio sentença de improcedência. A Assessoria apelou da decisão, a UF apresentou contrarrazões. O processo foi remetido ao TRF4 onde, julgado, foi mantida a decisão da Origem. Aguarda-se a publicação do acórdão.

28) Programa de Assistência à Saúde

Objeto: Programa de Assistência à Saúde dos Magistrados e Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região

Data da autuação: 29/07/2011 - Processo - 5009580-65.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a Administração suspendeu o recolhimento dos R\$ 50,00 (cinquenta reais). A UF contestou o feito, apresentou-se réplica. Sobreveio sentença de improcedência e foram rejeitados os embargos de declaração. Interposta a apelação e enviada ao TRF4, foi distribuída para o Des. Federal Fernando Quadros da Silva. Aguarda julgamento.

29) Licença para tratamento de saúde x prazo para registro do afastamento

Objeto: Nulidade da Portaria PRESI 1.125/2008 do TRT12. Fixação de dias úteis para o registro da LTS

Data da autuação: 08/09/2011 - Processo - 5012469-89.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi deferida a antecipação de tutela. A UF agravou da decisão, mas foi negado seguimento. Contestado o feito e apresentada a réplica sobreveio sentença de procedência da ação. Apresentamos embargos de declaração que, acolhidos, determinaram a restituição dos valores eventualmente descontados pela aplicação da Portaria atacada. Os embargos da União foram rejeitados. Apelações interpostas, recebidas e remetidas ao TRF4, foram julgadas, mantendo-se a decisão da Origem. Através de embargos declaratórios com efeitos infringentes a UF reverteu a decisão. Interposição de Recurso Especial pela União, que não foi admitido. Interposição de Recurso Especial e Extraordinário por parte da Assessoria, que aguardam admissibilidade.

30) Gratificação de Atividade de Segurança - GAS - TAF

Objeto: Gratificação de Atividade de Segurança - GAS. Participação em programa de reciclagem anual. Ilegal exigência de aproveitamento em Teste de Aptidão Física - TAF. Nulidade da Portaria PRESI nº 64/2010 do TRT da 12ª Região

Data da autuação: 20/07/2011 - Processo 5008724-04.2011.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi indeferido o pedido de antecipação de tutela, deixando para reapreciar a questão por ocasião da prolação da sentença. Agravou-se desta decisão, e foi novamente indeferido o pedido. Após regular instrução do feito, sobreveio sentença de improcedência. Apelamos, os autos foram remetidos ao TRF4, sendo distribuídos ao Des. Fed. Cândido Alfredo Silva Leal Junior, onde aguardam julgamento.

31) Curso de Reciclagem Anual x Adicional de Qualificação

Objeto: Discute a possibilidade de cômputo do curso de reciclagem anual dos Agentes de Segurança para fins de percepção do adicional de qualificação - **Processo:** 5018216-20.2011.4.04.7200

Orgão julgador: Juízo Substituto da 3ª VF de Florianópolis
Ajuizamos a ação, a União contestou, sobreveio sentença de improcedência do pedido. Apelamos e a União apresentou contrarrazões. Os autos foram remetidos ao TRF4, distribuídos para o Des. Federal Luís A. A Aurvalle, aguardando julgamento.

32) Lei da Transparência

Objeto: Obstar a irrestrita divulgação de dados pessoais dos servidores.

Data da autuação: 20/07/2012 - Processo nº 5013278-45.2012.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi deferido o pedido de antecipação de tutela. A União agravou da decisão, sendo deferido o efeito suspensivo, e afastando a decisão agravada. Pedimos reconsideração, sendo esta indeferida.

Quando do julgamento do AI, foi negado provimento, restabelecendo-se assim a tutela deferida inicialmente. Na Origem, após contestação e réplica, sobreveio sentença de procedência. Apresentados EDs pela UF, foram julgados e mantida a sentença. Há prazo para recurso em aberto.

33) Greve 2012 - Legalidade - TRE/SC

Objeto: UF visa a declaração de ilegalidade da Greve no TRE/SC

Data da autuação: 04/07/2012 - Processo - 9267 (STJ)

Histórico resumido: Ajuizada ação pela União com pedido liminar, sobreveio decisão do Ministro Presidente deferindo o pedido e limitando, nos dias de Greve, uma equipe de 80% dos servidores em cada localidade. Apresentamos agravo regimental, e a decisão foi mantida. O MPF apresentou parecer. Apresentamos contestação em 05/10/2012 e atualmente os autos estão conclusos à Ministra Relatora é Eliana Calmon.

34) Auxílio Alimentação - Pagamento a menor

Objeto: Tratamento isonômico no pagamento do auxílio alimentação.

Data da autuação: 27/09/2012 - Processo - 5017923-16.2012.404.7200.

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a União contestou, alegando carência de ação por ausência de pressuposto válido e impossibilidade jurídica do pedido. A Assessoria apresentou réplica. Sobreveio sentença de procedência acolhendo parcialmente os pedidos. Ambos apelaram e apresentaram contrarrazões. Os autos foram remetidos para o TRF4, onde aguardam decisão.

35) Adicional de Penosidade

Objeto: Previsão de pagamento na Lei 8.112/90, ausência de regulamentação por parte da Administração. Adicional regulamentado pelo MPU, direito análogo aos servidores do Poder Judiciário.

Data da autuação: 08/05/2013 - Processo - 5009396-41.2013.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação com pedido de tutela antecipada, sobreveio decisão indeferindo o pedido. Citada, a União contestou. A Assessoria apresentou réplica. O processo aguarda julgamento.

36) Concurso de Remoções - Suspensão PSPR

Objeto: Restabelecimento do Concurso de Remoções para os servidores da JF, JT e JE, suspenso por ato administrativo

Autuação: 16/07/2013 - Processo - 5014237-79.2013.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação com pedido de tutela antecipada, sobreveio decisão indeferindo o pedido. A assessoria agravou da decisão. O TRF4 indeferiu o efeito suspensivo. Foi, então, apresentado agravo, que aguarda apreciação. Na Origem a União foi citada, e apresentou contestação.